

ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão agrária mundial na contemporaneidade

Lucas Atanásio Catsossa

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.
e-mail: lucascatsossauem@gmail.com

A cada ano, o agronegócio se territorializa com maior rapidez e desterritorializa a agricultura camponesa. [...] As ocupações de terras do agronegócio começaram nas regiões onde esse desenvolvimento controla a maior parte do território, concentrando a riqueza e aumentando a miséria.

Esse é o novo conteúdo da questão agrária nesta primeira década do século XXI (FERNANDES, 2008, p. 49).

Se no século XX a luta pela terra esteve no núcleo duro da questão agrária, no século XXI um novo elemento também ganha centralidade: a alimentação. O modo de produção capitalista na agricultura contaminou a terra, a comida e as pessoas. O uso intensivo de agrotóxicos na produção agropecuária está cada vez mais associado aos problemas de saúde pública (FERNANDES, 2016).

Resumo

O texto procura analisar as transformações sócio-territoriais em cursos no Corredor de Nacala e no cerrado brasileiro, tendo o ProSAVANA e o MATOPIBA como objetos de análise. Tanto o Corredor de Nacala, quanto o cerrado brasileiro, ambos territórios, estão imbricados num jogo de interesse geopolítico de *commodities*, catalisado pela crise de preços de alimentos de 2007/8. As duas regiões institucionalizadas pelos Estados, revelam que se trata de uma estratégia bem reformulada de divisão internacional do trabalho. Os dois programas contêm elementos do PRODECER, sendo que foram apenas recuperados, atualizados e reeditados. O discurso segundo o qual estes dois programas visam melhorar as condições de vida das populações locais, é apenas uma retórica. Nos dois programas, é nítido o papel do Japão e isto revela apenas que a produção de *commodities* nos dois países está comprometida com o mercado asiático. As lutas e resistências contra estes dois programas, são visíveis nos dois países, pois enquanto em Moçambique os camponeses e os movimentos sociais dizem “Não ao ProSAVANA”, no Brasil dizem “Não ao MATOPIBA”. Contudo, a união dos movimentos sociais tanto de Moçambique como do Brasil, é fundamental para manter as lutas e resistências contra o saque de terras nos dois países.

Palavras-chave: Corredor de Nacala; cerrado brasileiro; ProSAVANA; MATOPIBA; disputas territoriais.

ProSAVANA in Mozambique and MATOPIBA in Brazil: the basis for understanding the geopolitics of the world's agrarian question in contemporary times

Abstract

The article seeks to analyze socio-territorial transformations in course in the Nacala Corridor and in the Brazilian Cerrado, with ProSAVANA and MATOPIBA, respectively, being as objects of analysis. Both territories the Nacala Corridor and Brazilian cerrado, are embedded in a game of geopolitical interest in commodities, catalysed by the 2007/8 food price crisis. These regions institutionalized by the States show that it is a well-reshaped strategy of international division of labor. Both programs contain elements of PRODECER, since they were only recovered, updated and reissued. The speech that these programs aim to improve the living conditions of

local people is just a rhetoric. In both programs the role of Japan is clear and this only reveals that commodity production in both countries is compromised by Asian market. The struggles and resistance against these programs are visible in these countries, for while in Mozambique the peasants and social movements say "No to ProSAVANA", in Brazil they say "No to MATOPIBA". However, there is a need of unity by social movements of both Mozambique and Brazil in order to maintain the struggles and resistance against the looting of these countries. **Keywords:** Nacala corridor; brazilian cerrado; ProSAVANA; MATOPIBA; territorial disputes.

ProSAVANA en Mozambique y MATOPIBA en Brasil: la base para la comprensión de la geopolítica de la cuestión agraria mundial en la contemporaneidad

Resumen

El texto busca analizar las transformaciones socio-territoriales en cursos en el Corredor de Nacala y en el cerrado brasileño, teniendo el ProSAVANA y el MATOPIBA como objetos de análisis. Tanto el Corredor de Nacala cuanto el cerrado brasileño, ambos territorios, están imbricados en un juego de interés geopolítico de *commodities*, catalizado por la crisis de los precios de alimento de 2007/8. Las dos regiones institucionalizadas por los Estados, revelan que se trata de una estrategia bien reformulada de división internacional del trabajo. Los dos programas contienen elementos del PRODECER, siendo que sólo fueron recuperados, actualizados y reeditados. El discurso según el cual estos dos programas apuntan mejorar las condiciones de vida de las poblaciones locales es sólo una retórica. En los dos programas, es nítido el papel de Japón y esto revela solamente que la producción de *commodities* en los dos países está comprometida con el mercado asiático. Las luchas y resistencias contra estos dos programas son visibles en los dos países, pues mientras en Mozambique los campesinos y los movimientos sociales dicen "No al ProSAVANA", en Brasil dicen "No al MATOPIBA". Sin embargo, la unión de los movimientos sociales tanto de Mozambique y de Brasil, es fundamental para mantener las luchas y resistencias contra el saqueo de tierras en los dos países.

Palabras-clave: Corredor de Nacala; cerrado brasileño; ProSavana; MATOPIBA; disputas territoriales.

Introdução

A primeira década do século XXI, marcou uma nova fase da reestruturação do capital a escala global e os seus efeitos foram mais notórios no setor da agricultura. A reestruturação do capital a escala global, tem estado na onda do debate em torno da questão agrária nos dias atuais. A crise de preços de alimentos verificado nos anos de 2007/8 foi catalizadora para esta reestruturação do capital no mundo e isto fez com que agricultura capitalista se mundializasse. Essa mundialização da agricultura capitalista foi ocorrendo de tal maneira que, o capital conseguiu capturar os Estados Nacionais, fazendo deles, um instrumento de acumulação primitiva do capital.

Neste processo de mundialização da agricultura capitalista, verificam-se várias contradições. Com a globalização, este processo radicalizou-se ainda e confunde-se com o retorno das práticas coloniais –, neocolonialismo, enfim, imperialismo, mascarado pelo discurso desenvolvimentista. Como resultado disto, muitas empresas estrangeiras

começaram a se deslocar para outros territórios, sobretudo, os mais pobres para aquisição de terras agrícolas para a produção de *commodities* para a exportação. Além disso, fronteiras agrícolas inicialmente implementados em determinados países, começaram também a ser deslocadas com vista a sua “replicação” em outros territórios.

Na verdade, trata-se do avanço de impérios (agro)alimentares sobre os territórios onde supostamente existem terras equivocadamente consideradas pela classe dominante como “livres” e/ou “subutilizadas”, enfim, “vazios humanos”. É uma verdadeira grilagem internacionalizada de terras chancelada pelos governos nacionais em nome de um desenvolvimento duvidoso e classista, socialmente excludente e ambientalmente insustentável. Os governos nacionais são em grande medida, os protagonistas na alocação de grandes extensões de terras as empresas estrangeiras, às vezes, em esquemas fraudulentos (para não dizer escandalosos e criminosos) e sem nenhuma consulta comunitária e auscultação pública prévia. Neste sentido, os governos nacionais torna-se coniventes, afinal de contas, são eles que internamente têm estado a avançar com reformas nas legislações com vista a criar espaço para acomodar os interesses do capital internacional.

Neste processo, os governos nacionais na maioria das vezes, são aliciados pelo capital internacional com os discursos desenvolvimentistas, o que lhes leva a se tornarem um verdadeiro veículo para a territorialização de empresas estrangeiras, com alegações de que, a sua presença visa essencialmente à promoção do bem-estar social. É com bases nestes pressupostos que o ProSAVANA em Moçambique e o MATOPIBA no Brasil foram concebidos, enquanto projetos modernizantes dos territórios e dos povos que vivem nesses dois países. Em vez de produz-se *comida* que diretamente na mesa do cidadão, os Estados Nacionais coniventes ao capital, entregam estes territórios para a produção de *commodities*.

Aqui, acumulação capitalista está em primeiro lugar. Na verdade, no processo de territorialização do capital, funciona a lei sendo a qual, fome e miséria para todos e riqueza para alguns. A territorialização do capital nos países em desenvolvimento tem estado a originar outros problemas e, às vezes, difíceis de resolver, entre elas, a violência generalizada contra os sujeitos do campo, expropriação dos territórios comunitários e expulsão dos seus ocupantes, concentração de terras nas mãos de corporações capitalistas e controlo monopolístico dos territórios. Além disso, verifica uma generalizada espoliação e pilhagem dos territórios e com eles, os recursos naturais vitais para a sobrevivência dos povos nativos e entre outras *barbáries*.

Esta situação agudiza os níveis de miséria e também de devastação da florestas nativas e conseqüentemente, a degradação ambiental neste países. A ocupação de terras por estrangeiros é, em si, um problema territorial. Sendo este um problema territorial, verifica-se uma disputa pelo uso dos territórios envolvendo o capital e as comunidades locais. Neste sentido, os povos locais tem resistido a sua desterritorialização pelo capital, situação que

desemboca em forte e, às vezes, sangrentos conflitos sociais. Em termos territoriais, a ocupação das terras por estrangeiros, acaba também se transformando numa ameaça à soberania dos Estados, na medida em ocorrem fragmentação do espaço geográfico. Este fenômeno se dá nos casos em que os territórios passam a serem geridos pelos *dinheiros globalizados*.

Por sua vez, a apropriação das terras por estrangeiros, é também um problema de soberania alimentar, pois em muitos casos, verifica-se uma especialização produtiva dos territórios para a produção de certas *commodities*. Em muitos casos, os camponeses locais são forçados a adotar práticas estrangeiras na sua maioria coloniais, caracterizadas pelo uso dos chamados “novos” pacotes tecnológicos em detrimento das suas práticas tradicionalmente adquiridas pelos povos locais. O uso de sementes laboratoriais entre elas híbridas, transgênicas e/ou Organismos Geneticamente Modificados (OGM) tem levando os camponeses a dependência, pois elas não reproduzem, apenas produzem, o que quer dizer que, em cada época agrícola estes terão que visitar as empresas vendedoras para comprar uma nova semente.

Esta situação está a trazer grandes transformações na estrutura produtiva em muitos países em desenvolvimento, sendo que uma delas, é a generalizada monopolização do sistema de organização da produção agrícola a escala global. Monopolizado o sistema produtivo, os capitalistas por via do agronegócio, procuram eles mesmos manter o controlo da produção de alimentos em todos os países do mundo, iniciando dos países pobres onde são produzidos e depois nos países ricos onde são exportados e processados para depois serem comercializados. E porque a produtividade do agronegócio está dependente do uso intensivo e excessivo de agrotóxicos, emergem novos problemas, a contaminação tanto dos alimentos e com eles os consumidores como também da natureza (terra, recursos hídricos, florestais, faunísticos, etc.).

Este artigo, procura compreender a geografia que está sendo produzida nestes dois países, desde que estes programas começaram a ser implementados. Neste sentido, parte-se do pressuposto de que os dois Estados Nacionais foram chaves, tanto no processo de regionalização destes dois territórios e posteriormente, sua especialização e ocupação pelo agronegócio globalizado, como também na promoção e viabilização do IDE (Investimento Externo Direito). Metodologicamente, além da revisão de literatura, a elaboração deste artigo contou com entrevistas semi-estruturadas, sobretudo, no caso do ProSAVANA e no caso do MATOPIBA, foi usada uma bibliografia específica que debruça sobre os desdobramentos sócio-territoriais deste programa no Brasil e também as denúncias feitas por movimentos sociais brasileiros em Moçambique, em Outubro de 2017, durante a «III Conferência Triangular dos Povos» vítimas da expansão do agronegócio globalizado.

Estrangeirização de terras: um novo conteúdo da questão agrária na contemporaneidade

É quase impossível tratar do tema aqui proposto sem, no entanto, revisitar o debate em torno da estrangeirização de terras. Aliás, o ProSAVANA e o MATOPIBA enquanto programas virados para a produção de *commodities*, não podem ser dissociados deste fenômeno, pois eles são os principais veículos e/ou promotores de estrangeirização de terras nos dois países. No seio acadêmico, em termos conceituais não há consensos até os dias atuais sobre este fenômeno. O debate sobre a estrangeirização de terras dentro da Geografia mostra-se ser inacabado, pois cada vez mais que surge em torno dele, tem sido apenas uma das suas territorialidades.

A estrangeirização de terras acabou se tornando num verdadeiro paradigma no já existente debate paradigmático em torno da questão agrária e isto, é notório no seio dos geógrafos. Em outras palavras, a estrangeirização de terras, acabou por se configurar numa disputa paradigmática de natureza político-ideológica, quando usada como categoria de análise. Importa realçar que, a estrangeirização de terras está associada à crise de preços de alimentos de 2007/8, pois foi a partir deste período que começou a intensificar-se a “vasculha” por terras agrícolas em países em desenvolvimentos, na sua maioria latino-americanos e africanos, em particular.

A ideia equivocada segundo a qual, nestes países existiam grandes extensões de “terras livres” e/ou “terras subutilizadas”, enfim, “vazios humanos” foi utilizada pelas “nações ricas” e/ou economicamente poderosas para legitimar o “assalto” de terras comunitárias. A estrangeirização de terras enquanto modalidade de aquisição de terras é caracterizada pelo deslocamento mega-empresas agrícolas de países ricos em direção aos países (mais) pobres e nunca ao contrário. Em outras palavras, a estrangeirização de terras é a invasão de estrangeiros num determinado país, que depois da sua territorialização, começa a empreender o controlo monopolístico dos territórios e com eles, todos os recursos naturais vitais para as comunidades locais.

A estrangeirização de terras, além de ser um fenômeno estranho às comunidades rurais e aos camponeses em particular, na medida que lhes cercam, ela é de difícil compreensão, pois as informações sobre este fenômeno têm sido blindadas pelos governos nacionais e os atores envolvidos, pouco são conhecidos. Em muitos casos, este fenômeno se dá de uma forma fraudulenta e a não disponibilização de informações por parte dos governos nacionais, tem sido apenas uma estratégia de estes fugirem críticas vindas dos acadêmicos, movimentos sociais e organizações camponesas, segundo as quais estão a vender a soberania de seus países. Na verdade, o que faz com que as informações sobre a alocação

de terras não sejam disponibilizadas para o consumo público, nalguns casos, tem sido por causa do envolvimento das próprias elites políticas locais nos negócios fundiários.

A crise de preços de alimentos de 2007/8 criou um “modelo de reforma agrária pró-mercado”, cujo objetivo era “substituir a reforma agrária redistributiva, baseada no instrumento da desapropriação de propriedades rurais que não cumprem a sua função social, por relações de compra e venda de terras” (PEREIRA, 2006, p. 22). Foi neste período que começa a verificar-se novos (re)arranjos na estrutura agrária nos países em desenvolvimento, mas as “velhas” questões permaneceram. Muitas políticas públicas e governamentais do setor da agricultura passaram, no entanto, a serem redirecionadas para a produção de *commodities* com vista a alimentar o mercado internacional.

Em pouco tempo, muitos países pobres começaram a arrendar/vender grandes extensões de terras férteis, sendo os países ricos e alguns emergentes, os principais compradores e arrendadores. A partir deste período, o controlo de terras agrícolas por estrangeiros em países pobres aumentou numa forma vertiginosa. No contexto da questão agrária, a estrangeirização de terras está associada à territorialização do modo capitalista de produção na agricultura (o agronegócio) num determinado território, na medida em que várias extensões de terras são ocupadas por grupos empresariais para a expansão de *commodities* exportáveis. Tanto a estrangeirização de terras quanto a questão agrária, ambos são um problema territorial, na medida em que observa-se uma “desregulação do território nacional”, comandado pelos “dinheiros globalizados” (cf. Santos, 2007) e como consequência direta disto, ocorre a “fragmentação e compartimentação do espaço geográfico” (cf. SANTOS, 2002).

Na verdade, é uma ditadura que se implanta sobre o espaço geográfico após a territorialização de corporações capitalistas, pois desorganiza outras relações sociais e produtivas, impondo que tudo seja feito de acordo com a sua lógica ou seja, “o modo capitalista de pensar” como coloca Martins (1978). Em relação a ditadura implantada no territórios pelas corporações capitalistas, Santos (2007) sinaliza que:

O conteúdo de cada fração do território muda rapidamente [...] se o dinheiro que comanda é dinheiro global, o território não resiste. A presença de empresas globais no território é fator de desorganização, de desagregação, já que elas impõem cegamente uma multidão de nexos que são de interesse próprio, e quanto o resto do ambiente de nexos que se refletem as suas necessidades individuais, particulares (SANTOS, 2007, p. 17-20).

Quando essa ditadura se implanta nos territórios, os sujeitos são expulso e depois cercados pelo uma arrame farpado, às vezes, ligado corrente elétrica como acontece em Moçambique. Essa situação inibe as comunidades locais em usufruir dos recursos naturais existentes nos seus territórios. Martins (1986) afirma que com a implantação do capital:

O arame farpado vai cercado tudo, vai tirando cada um de seu lugar. E no verão já não há terra para plantar, rio para pescar, mata para caçar. A vida acabou. Nessas situações, são comuns as referências a essa forma simbólica de morte” (MARTINS, 1986, p. 9)

E porque a territorialização do capital não se dá duma forma pacífica, emergem disputa pelo uso dos territórios junto dos recursos naturais aí presentes, de um lado os povos locais, resistindo a sua desterritorialização, e do outro, o capital a partir deles, procura avançar com o processo de acumulação ampliada da riqueza. Com a crise de preços de alimentos, a agricultura capitalista mundializou-se ainda mais, promovendo assim, o (re)ordenamento do território e produtivo em diversos países, sobretudo, em via de desenvolvimento. Com a mundialização da agricultura capitalista, “a ordem passou a ser produzir em qualquer lugar do mundo, onde as possibilidades de custos e acesso ao patamar tecnológico vigente sejam possíveis” (Oliveira, 2014, p. 190) e o ProSAVANA em Moçambique vai neste sentido. A globalização sempre foi associada à migração de empresas multinacionais, sobretudo, dos países ricos para países pobres, mas nunca as fronteiras agrícolas.

Na verdade, não são apenas as empresas multinacionais que se têm deslocado para outros territórios a busca de terras agrícolas para a expansão de *commodities*. Pelo contrário, nesta busca por terras agrícolas, ocorre também o deslocamento de fronteiras agrícolas, anteriormente implementadas em outras nações por meio da cooperação internacional e o ProSAVANA que será analisado mais em diante, é o principal exemplo disso. A territorialização de fronteiras agrícolas num determinado país, tem estado a desencadear também o deslocamento massivo de multinacionais do ramo de logística (construção de estradas, linha-férrea, portos, etc.), de máquinas agrícolas, de sementes, de fertilizantes etc., tudo por forma a viabilizar a produção de *commodities*. Oliveira (2014, p. 49) é da opinião que este processo leva “o controlo monopolístico do território” na medida em que empresas multinacionais mesmo “sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores no campo”.

Os governos nacionais, no caso concreto de Moçambique e do Brasil, têm desempenhado um papel de destaque no processo de consolidação do fenômeno de estrangeirização de terras, pois internamente eles começaram a avançar com reformas nos instrumentos legais, tudo para acomodar os interesses do capital. No caso de Moçambique, a lei de terras, de sementes e de fertilizantes, ambas estão em reforma, tudo para dar flexibilidade a entrada de iniciativas ligadas ao agronegócio. Por parte do governo moçambicano, as expectativas são maiores, pois já se pensa na possibilidade de esta ser uma via mais rápida para a transferência de tecnologias e a partir delas, avançar-se com a tão querida modernização agrícola. De tanta euforia, as autoridades moçambicanas nem sequer conseguem prever os riscos socioambientais que esta modernização agrícola via

agronegócio globalizado representa. No caso da Lei de Terras – Lei nº 19/97, a reforma está em curso através do programa «*Terra Segura*» em implementação desde 2015, que entre outras coisas prevê o registo e distribuição de títulos de terras as populações.

Embora o discurso governamental afirme que, com o programa «*Terra Segura*» pretende-se combater os conflitos de terras entre comunidades e grandes investimentos agrícolas, a verdade que, é que com ele está a preparar-se espaço para a mercantilização de terras no país. Se, sem títulos já há comercialização de terras mesmo sendo propriedade do Estado, com a distribuição de títulos individuais como se tem intensificado, o programa «*Terra Segura*» pode vir revitalizar o já existente mercado de terras e conseqüentemente, aumentar os níveis a concentração de terras no país. Ainda no caso de Moçambique, o governo começou a avançar com a revitalização da cadeia logística, neste caso, ferrovias, estradas e portos, para facilitar o escoamento de *commodities* para o mercado internacional e o exemplo disto, é o Corredor de Nacala onde o ProSAVANA está a ser implementado.

Já no caso brasileiro, verificou-se também a “flexibilização da legislação ambiental, como foi o caso da reformulação no Código Florestal brasileiro (2012) e na construção de infraestruturas logísticas por meio da ampliação da malha rodoviária e ampliação dos portos para facilitar o escoamento das *commodities* para o mercado internacional” (AGUIAR & PACHECO, 2016, p. 89-90). O governo brasileiro se tem destacado na promoção do agronegócio e com ajuda da mídia local, estas iniciativas se tem consolidado. Recentemente e, sobretudo, durante o encontro dos BRICS, realizado em Johannesburgo, na África do Sul, nos dias 25, 26 e 27 de Julho, o governo Michael Temer e a China assinaram um acordo para a massificação da produção de *commodities* com destaque para a soja¹. A massificação da produção da soja fará com que as fronteiras agrícolas se expandam para outras áreas dentro do Brasil, onde supostamente existem terras que não estão sendo exploradas. Diferentemente de Moçambique, o Brasil exerce dois papéis no processo de estrangeirização de terras.

Além de sofrer grilagem de terras, ele mesmo através de suas políticas públicas (neo)liberais, promove a grilagem de terras em outros países (FERNANDES; WELCH & GONÇALVES, 2012; CLEMENTS & FERNANDES, 2013). O Brasil foi considerado subimperialista por causa desta ação contraditória de incentivar a migração das suas empresas para outros territórios a busca de terras e Moçambique é apenas o exemplo disto, algo que ganhou notoriedade durante o governo Lula (2003-2010). Clements e Fernandes (2013, p. 2) afirmam que, “apesar postular-se em oposição à estrangeirização da terra estrangeira no contexto nacional, o governo Lula apoiou fortemente a aquisição de terras em outros países”. A estrangeirização de promovida pelo governo Lula ocorreu em países latino-americanos e africanos, por onde as empresas brasileiras tiveram maior inserção, entre eles

¹ Para mais detalhes, consulte em: <https://youtu.be/Kf88hSj7CAE>. Acesso: 28/07/2018.

Paraguai, Bolívia e Moçambique, respectivamente (FERNANDES, WELCH & GONÇALVES, 2012).

No caso de Moçambique, existem algumas empresas agrícolas de capital brasileiro que operam no ramo do agronegócio e outros com certeza, estão espera que comece a implementação efetiva do ProSAVANA para instalar os seus projetos. Nos países em que a terra é propriedade do Estado como é o caso de Moçambique, a estrangeirização de terras se dá grandemente por via de concessões e não necessariamente a venda de terras, pois é vedada pela Constituição da República e pela lei de terras – Lei nº 19/97. Por exemplo, em Moçambique as concessões de terras a empresas estrangeiras tem tido um período de 50 anos renováveis por igual período. Atualmente, Moçambique está entre os maiores estrangeirizadores de terras no mundo e graças à conivência do governo local ao capital e isto, já está a trazer implicações sócio-territoriais negativas para o país e isto é visível ao longo do Corredor de Nacala.

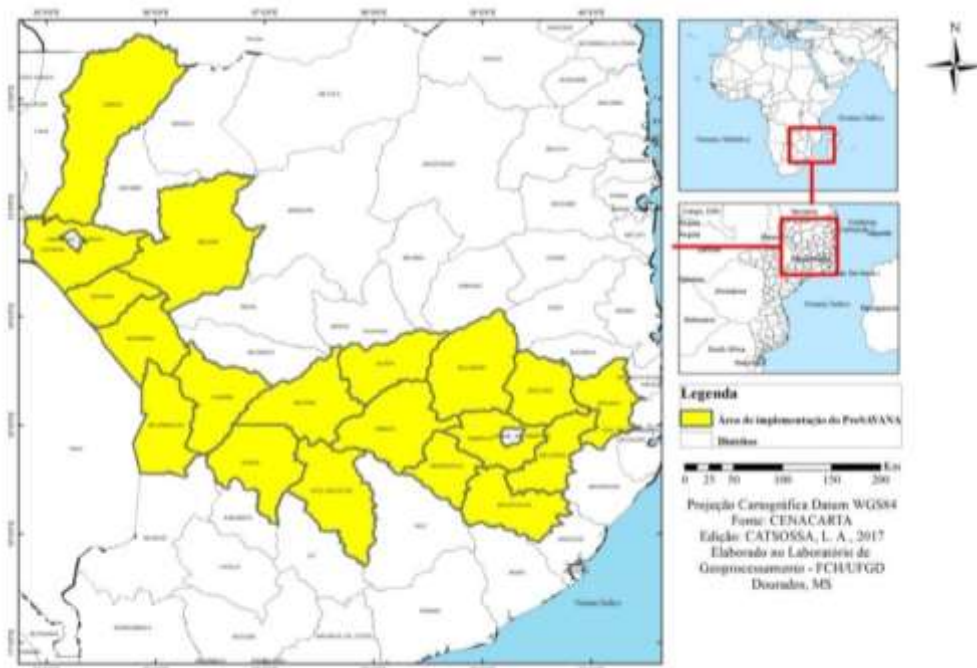
A situação no Brasil não é diferente, neste país latino-americano, muitas comunidades na sua maioria quilombolas e indígenas, têm sido sistematicamente desterritorializadas e suas terras tomadas pelas grandes corporações estrangeiras (FERNANDES, WELCH & GONÇALVES, 2012; PEREIRA & PAULI, 2017). Com a presença massiva das corporações capitalistas, em pouco tempo “o território brasileiro se tornou ingovernável (Santos, 2007) e isto, tem estado a impossibilitar a realização da reforma agrária (Oliveira, 2010), situação que mantém o Brasil como sendo um dos países latino-americanos com maiores níveis de desigualdades sociais no mundo. A Via Campesina, uma organização mundial de camponeses e os movimentos sociais locais, sobretudo, de Moçambique e Brasil têm estado a travar batalhas contra a estrangeirização de terras e o avanço do agronegócio nos dois territórios. Eles entendem que a entrada das multinacionais está a retirar terras aos povos locais, empobrecendo-os ainda mais do já estão.

Para eles, a estrangeirização de terras é uma ameaçada a soberania alimentar, e isto ocorrem quando os camponeses são forçados a usar agrotóxicos no processo produtivo. Os pesquisadores de diversos quadrantes do mundo juntaram-se também a essas vozes críticas da sociedade, passando, contudo, a denunciar o fenômeno de estrangeirização de terras em suas pesquisas, destacando o seu lado perverso, caracterizado pela concentração de terras nas mãos das grandes corporações e conseqüentemente, a desterritorialização das comunidades rurais e do próprio modo camponês de fazer agricultura, criando desta feita, a insegurança alimentar. Para melhor compreensão do tema proposto, achou-se necessário analisá-lo de forma isolado, iniciando com o ProSAVANA e depois o MATOPIBA e, é o que se verá a seguir.

ProSAVANA: um “novo” programa brasileiro em Moçambique, mas a sopa é (quase) aquela de sempre

A diferença de outros programas do ramo do agronegócio em curso em Moçambique e, sobretudo, no Corredor de Nacala, o ProSAVANA tem uma particularidade. A sua particularidade está no fato de este, ser um programa de cooperação internacional, que envolve os governos de Moçambique, do Brasil e do Japão. Neste programa, Moçambique está representado pelo Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) subordinado pelo Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), o Brasil pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) que também conta também com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Japão através da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA). O acordo que levou a territorialização do ProSAVANA no Corredor de Nacala e, foi assinado em 2009. Oficialmente, ProSAVANA está em implementação no Corredor de Nacala desde 2011, altura em que foi tornado público e ocupa cerca de 14,5 milhões de hectares de terras.

Mapa 1: O território do ProSAVANA no Corredor de Nacala.



Fonte: CATSOSSA (2017).

No Corredor de Nacala e, sobretudo, nos territórios de influência direta do ProSAVANA, vivem milhares de camponeses, fazendo o uso diversificado da terra. Aliás, estes apenas têm a terra como seu único meio de sobrevivência, na medida em que a partir dela produzem os seus alimentos. O que faz com que esta região seja um Corredor é a linha-férrea que corta este território do centro a norte do país. Esta linha-férrea foi construída pela

mineradora brasileira Vale Moçambique que é usada para o escoamento do carvão mineral. No entanto, ela sai da vila de Moatize onde a Vale extrai carvão Mineral e vai até ao porto de Nacala. Com a entrada do ProSAVANA, esta linha-férrea foi revitalizada e ampliada por forma a atender os interesses do agronegócio ao longo do Corredor. A história do ProSAVANA em Moçambique enquanto estratégia de desenvolvimento agrícola é muito complexa. A sua complexidade se dá pelo fato deste programa ter “nascido” fora do país e sem conhecimento do povo moçambicano.

A complexidade do ProSAVANA se dá pelo fato do discurso inicial que levou a sua territorialização em Moçambique estar a metamorfosear-se de um momento para o outro (Catsossa, 2017a) e isto verificou-se novamente em Outubro de 2017, durante a *III Conferência Internacional dos Povos*, organizado pelas organizações filiadas *Campanha Não ao ProSAVANA*. Isto dificulta compreender os quais reais motivos da territorialização do ProSAVANA em Moçambique. Em termos político-ideológico, o ProSAVANA inspira-se no PRODECER (Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados), implementado a partir dos finais da década de 1970, numa cooperação bilateral entre os governos do Brasil e do Japão, respectivamente, que durou cerca de 20 anos (1979-1999), onde entre outras, incentivou a expansão do agronegócio. A esperança de vida do ProSAVANA, inicialmente foi também pensada num período de 20 anos (2010-2030).

Da mesma forma como o PRODECER foi dividido em três fases sendo elas, «PRODECER I», «PRODECER II» e «PRODECER III», o ProSAVANA é dividido também em três períodos, entre eles, «Período inicial», «Período de crescimento», e «Período de amadurecimento» e como se pode ver, apenas ocorreu a mudança de nomenclatura. Desde o início, o PRODECER foi promovido pelos governos do Brasil e do Japão como sendo um “programa de sucesso” e o “milagre do cerrado do século XX”, respectivamente. Essas alegações fizeram com que o governo moçambicano acreditasse nesta “velha” falácia e em seguida, aceitasse a entrada deste programa em Moçambique. Alguns estudos, provam que o governo moçambicano não participou na elaboração do ProSAVANA, sendo que apenas foi escolhido como receptor da iniciativa para a sua implementação. O governo moçambicano para se sentir parte do projeto, chegou a nacionalizá-lo.

Nacionalizado pelo governo moçambicano, o ProSAVANA mudou, de «*Programa de Cooperação Trilateral para o Desenvolvimento agrário das Savanas Tropicais em Moçambique*», passando a chamar-se «*Programa do governo moçambicano com apoio técnico-financeiro dos governos do Brasil e do Japão*» (CATSOSSA, 2017). Isto permitiu que o governo moçambicano escapasse de todas as críticas que vinham por parte dos académicos e dos movimentos sociais nacionais e estrangeiros, segundo as quais, o ProSAVANA era um “programa vindo de fora do país” e concebido de “cima para baixo” e que “Moçambique era apenas receptor”. Há *mitos* que são propalados pelos executores do

ProSAVANA. A ideia segundo a qual, o ProSAVANA pretende promover o bem-estar social em Moçambique, sobretudo, no Corredor de Nacala, é apenas uma retórica. Este discurso foi usado apenas para aliciar e/ou ganhar confiança das comunidades locais e dos camponeses, em particular, pois o agronegócio não tem este compromisso.

Por sua vez, o uso de discursos de tendência “salvacionista”, tinha em vista fugir das críticas que seriam feitas pelas organizações da sociedade civil, movimentos sociais, acadêmicos e outros atores atentos às *mazelas* do capital no mundo. Também não é verdade que vai acabar com a fome, pois o interesse supremo do agronegócio é a produção de mercadorias para o mercado internacional. Contudo, a implementação efetiva do ProSAVANA pode desdobrar-se numa profunda insegurança alimentar e necessidade de compra dos produtos alimentares por parte das famílias camponesas ao longo do Corredor de Nacala. Aliás, o **“PRODECER, apresentado como uma verdadeira revolução a favor da produção de alimentos, [...] resultou em insegurança alimentar e necessidade de compra de alimentos de outras regiões”** (SCHLESINGER, 2013, p. 45, grifo nosso).

Por isso, o discurso desenvolvimentista do ProSAVANA é nada menos, nada mais que, uma “arma” secreta de desterritorialização das comunidades locais e, do campesinato em particular, ao longo do Corredor de Nacala. Geopoliticamente, o ProSAVANA representa interesses do capital internacional –, o seja, configura-se num verdadeiro “trem” que apenas serve para transportar empresas multinacionais e empresários estrangeiros para Moçambique com vista a avançar com o processo de acumulação do capital a escala global, mas com o *aval* do governo moçambicano. Importa realçar que, não se trata de um processo de acumulação simples, trata-se, portanto, da acumulação ampliada do capital com algum teor primitivo. O que denuncia que o ProSAVANA é pro-capital e anti-campesinato, é o grupo alvo o qual, se direcionou durante o processo de promoção inicialmente feita no Brasil, depois no Japão e mais tarde em Moçambique. O Seminário Internacional realizado em 2011, em São Paulo, subordinado ao título **«Agronegócio em Moçambique: Cooperação Internacional Brasil-Japão e Oportunidades de Investimento»**, é revelador que o ProSAVANA é a expressão exata da atual geopolítica da questão agrária mundial.

Tabela 1: Promoção do ProSAVANA no Brasil

Temas	Orador/a	Cargo/função
Cooperação como promotora e oportunidade de investimento	Maco Ferani	Diretor da ABC
	Kenzo Oshima	Vice-Presidente da JICA
	Murade Muragy	Embaixador de Moçambique no Brasil
	Pedro Arraes	Presidente da EMBRAPA
	Wagner Rossi	Ministro da Agricultura no Brasil
	José Pacheco	Ministro da Agricultura de Moçambique
Agronegócio em Moçambique: potencial e macro-institucional	Kátia de Abreu	Senadora e Presidente da CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária)
	Roberto Rodrigues	Presidente do Conselho Superior do Agronegócio (FIESP)

PROSAVANA EM MOÇAMBIQUE E MATOPIBA NO BRASIL: A BASE PARA A COMPREENSÃO DA GEOPOLÍTICA DA QUESTÃO AGRÁRIA MUNDIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Desenvolvimento do agronegócio brasileiro	Aysson Paulinelli	Ex-ministro da Agricultura do Brasil
Panorama do Programa Triangular para o Desenvolvimento das Savanas Tropicais de Moçambique (ProSAVANA)	JICA & ABC	Representante do governo japonês e brasileiro no processo de implementação do ProSAVANA
	Alberto Santana	Coordenação do ProSAVANA na EMBRAPA: Projeto I-Pesquisa e Transferência de Tecnologia Agrícola em Moçambique
Como investir em Moçambique? Localização, desafios e incentivos	CIP (Centro de Promoção de Investimento)	Governo de Moçambique
Atuação de instituições de crédito no apoio ao desenvolvimento da agricultura em Moçambique	Thierry Tanoh	Vice-presidente da África, América Latina e Caribe-International Financial Corporation IFC-Banco Mundial
	BNDES	Governo do Brasil
Crédito para o agronegócio em Moçambique	JUCA	Governo do Japão
Agronegócio em Moçambique – a experiência da Miranda Agroindústria Investimento Japonês	Antônio Miranda Mitsubishi Co	Representante da empresa Representante(s) da empresa vindo do Japão e Brasil

Fonte: CATSOSSA (2017).

Como se pode ver na tabela 1, a promoção não era apenas do ProSAVANA, mas do agronegócio como modelo de produção para Moçambique. Além disto, em Cuiabá, ocorreu outro evento subordinado ao tema «**Oportunidades de investimento no agronegócio em Moçambique**», organizado pela Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (AMPA), a ABC e o Itamaraty (CATSOSSA, 2017). Após esses eventos, muitos produtores brasileiros do ramo do agronegócio, migraram para Moçambique, cuja finalidade era adquirir terras agrícolas. Foi por causa disto que, Clements e Fernandes (2013, p. 19) concluíram que através do ProSAVANA, o Brasil estava a promover “a grilagem internacional com o recente interesse em adquirir terras agrícolas em Moçambique”. A história do ProSAVANA em Moçambique, revela que nunca foi organizado um evento específico para a sua promoção junto dos camponeses.

O que aconteceu, foi à realização de alguns encontros que tinham em vista, apresentar o programa e depois auscultar as organizações da sociedade civil que representavam os interesses dos camponeses, às vezes, com a participação de camponeses previamente identificados pelos executores do ProSAVANA, sobretudo, da contraparte moçambicana (CATSOSSA, 2017a). Desde que o ProSAVANA foi tornado público em Moçambique, foi alvo de críticas por vários segmentos da sociedade moçambicanas, entre eles, acadêmicos, organizações da sociedade civil, associações de camponeses, movimentos sociais nacionais e estrangeiros. Além disso, desde que este programa se implantou em Moçambique, começaram a se verificarem disputas territoriais ao longo do Corredor de Nacala, em que de um lado, os camponeses e os movimentos sociais diziam “Não ao ProSAVANA”, e do outro, os executores do ProSAVANA ameaçavam, dizendo que, “qualquer coisa que viver, vamos atropelar e avançar para frente” (CATSOSSA, 2017). Questionada porque a sua

organização estava contra o ProSAVANA, uma das lideranças da Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM), respondeu nos seguintes termos:

A nossa ideia de dizer não ao ProSAVANA, é porque [entendemos que] o dinheiro não pode justificar o sacrifício que um povo vai fazer [...], queremos alternativa para desenvolver a nossa agricultura. Lembro-me que até uma das palavras, foi essa, não queremos um trator gigante que venha lavrar as nossas terras, não venha um programa tão gigante, mas que fortaleça aquela nossa habilidade de produzir².

A União Nacional de Camponeses (UNAC) é que foi mais longe com as suas afirmações e uma das suas lideranças afirmou nos seguintes termos:

Não estamos contra o desenvolvimento, mas o modelo de desenvolvimento. Os camponeses constituem a maioria da força laboral ao nível das regiões rurais e praticam agricultura de subsistência familiar. Mas também, vir investidor em Moçambique em nome de desenvolvimento e criar injustiças como tais, que estão acontecendo atualmente, que é tirar os camponeses das suas zonas de produção, estamos contra essas atitudes³.

Os camponeses e os movimentos sociais questionavam em grande medida, à falta de transparência e clareza, autoritarismo na implementação do programa, consultas comunitárias não abrangentes, violação das legislações nacionais e internacionais de acesso à informação e entre outros aspectos. A implementação do ProSAVANA nunca foi pacífica, pois além de verificar-se a agressão de alguns militantes e ativistas sociais, “quando necessário, havia repressão contra as reivindicações das comunidades e coerção psicológica contra os críticos do Programa” (MOSCA & BRUNA, 2015, p. 9). Mesmo assim, os camponeses e os movimentos sociais não se deixaram intimidar, pois até os dias atuais nota-se a continuidade das lutas e resistências contra a implementação efetiva do ProSAVANA no Corredor de Nacala, fato que culminou a sua suspensão em 2015. Numa primeira fase, procuraram informações junto dos movimentos sociais brasileiros.

Os movimentos sociais brasileiros foram “chaves”, pois foi daí que do lado moçambicano ganhou-se consciência de que, se estava diante de um gigantesco processo de estrangeirização de terras que mais tarde, desembocaria na pilhagem territorial e também na expulsão dos camponeses das suas terras. Aliás, as informações sobre a existência do ProSAVANA despoletaram a partir do Brasil e, eram difundidas por instituições de comunicação social, sobretudo, na JR News, em que destacava que, “os produtores agrícolas brasileiros devem desembarcar para o continente africano, o motivo é que Moçambique está oferecendo terras a preço bem baratinho, incentivando novas plantações⁴”. Isto despertou as organizações da sociedade civil moçambicanas, sendo que mais tarde e, sobretudo, em 2012,

² Entrevista realizada em Janeiro de 2016, na cidade de Nampula.

³ Entrevista realizada em Janeiro de 2016, na cidade de Nampula.

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eogFlr5myA>. Acesso: 08/06/2018.

a União Nacional de Camponeses (UNAC), fez o seu primeiro pronunciamento a partir da cidade de Nampula, tendo feito as seguintes denúncias:

Nós camponesas e camponeses, condenamos a forma como foi elaborado e se pensa implementar o ProSAVANA em Moçambique, caracterizado pela reduzida transparência e exclusão das organizações da sociedade civil em todo processo, em particular as organizações de camponeses. [...] (p. 3).

Além da UNAC, a Justiça Ambiental – Amigos da Terra em Moçambique, em 2013 fez também o seu pronunciamento sobre o ProSAVANA. Neste pronunciamento, esta organização avançava que, “o ProSAVANA nos termos em que se propõe irá colocar em risco a soberania alimentar, de acesso à terra, à água e toda a estrutura social de milhares de famílias de moçambicanos, mutilando assim o futuro da nação” (JUSTIÇA AMBIENTAL, 2013, não paginado). Em 2013, foi organizado um encontro na cidade de Maputo que juntou várias organizações da sociedade civil e no fim, Graça Samo, na altura em representação do Fórum Mulher, referiu-se que, “depois de muito se refletir, concluiu-se que o assunto da terra preocupa a todos os setores da sociedade, o ProSAVANA, um programa milionário de agronegócio, foi identificado pela sociedade civil como sendo um assunto de agenda comum” (O País, 2013, p. 14). Assim, o ProSAVANA era declarado como o inimigo número das comunidades rurais e dos camponeses, em particular. Ainda no mesmo ano de 2013, as organizações da sociedade civil e associações camponesas moçambicanas com apoio dos movimentos sociais brasileiros, elaboraram uma carta aberta intitulada «*Carta aberta para deter e refletir de forma urgente o programa ProSAVANA*» e mais tarde, foi enviada aos governos aos três governos, isto é, para o antigo presidente de Moçambique, Armando Emílio Guebuza, a antiga presidente do Brasil, Dilma Rousseff e ao Primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe. Nesta carta, estas organizações destacavam o seguinte:

[...] nós camponeses e camponesas, famílias das comunidades do Corredor de Nacala, organizações religiosas e da sociedade civil nacionais signatárias desta Carta Aberta manifestamos, publicamente, a nossa indignação e repúdio contra a forma como o Programa ProSAVANA tem sido concebido e tende a ser implementado nas nossas terras e comunidades do nosso País [...]. Exigimos uma intervenção urgente de V. Excias Senhor Presidente de Moçambique, Senhora Presidente do Brasil e Senhor Primeiro-Ministro do Japão, na qualidade de mandatários legítimos dos vossos povos, com o objetivo de travar de forma urgente a lógica de intervenção do Programa ProSAVANA que trará impactos negativos irreversíveis para as famílias camponesas.

Mesmo com estes gritos já internacionalizados, os executores do ProSAVANA avançavam com suas atividades como se não tivessem recebido em termos de documento vindo das organizações da sociedade civil e dos camponeses. As lutas e resistências contra o ProSAVANA vieram ganhar expressão nacional e internacional com a criação da

«*Campanha Não ao ProSAVANA*». Este movimento é resultado da fusão de organizações da sociedade civil e associações de camponeses, comprometidos com a promoção da justiça social no campo. Atualmente, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» é composta pelas seguintes organizações: a Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Nampula (CAJUPANA), a Comissão Diocesana da Justiça e Paz de Nacala (CDJPN), o Fórum Mulher – Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento, a Marcha Mundial das Mulheres Moçambique, a Justiça Ambiental (JA!) – Amigos da Terra Moçambique, a Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH), a Livaningo e A União Nacional dos Camponeses de Camponeses (UNAC).

Importa realçar que, inicialmente eram muitas organizações que contestavam o ProSAVANA, mas com o andar do tempo, algumas que faziam parte desde movimento acabaram por desistir. A desistência destas organizações não foi de livre e espontânea vontade, elas foram forçadas com as circunstâncias, sendo a estratégia de cooptação empreendida pelos executores do ProSAVANA, um dos principais fatores. Na verdade, esta estratégia tinha em vista dividir e colocar as organizações da sociedade civil, umas contra outras. Como resultado, ocorreu uma desordem quase total no seio das organizações, algo que levou a sua fragmentação, dividindo-se em duas grandes alas: a «*ala anti-ProSAVANA*» e «*ala pro-ProSAVANA*». As da «*ala anti-ProSAVANA*» são que permaneceram na *Campanha Não ao ProSAVANA* e as da «*ala pro-ProSAVANA*», são as que supostamente foram cooptadas pelos executores do ProSAVANA. Durante as lutas e resistências contra a implementação efetiva do ProSAVANA, as organizações da «*ala pro-ProSAVANA*» foram acusadas pelas da «*ala anti-ProSAVANA*» que terão recebido dinheiro para que avançassem com a desinformação das comunidades para aceitarem o ProSAVANA, destacando que este programa vinha ajudar os camponeses (CATSOSSA, 2017a).

A fragmentação destas organizações e a sua divisão, enfraqueceu a luta contra a implementação efetiva do ProSAVANA, mas, mesmo assim, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» se reinventou ao longo do caminho. Mais tarde, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*» conseguiu interromper provisoriamente as atividades do ProSAVANA em Moçambique, depois de tantas denúncias feitas dentro e fora do país, sobretudo, no Japão, país que financia este programa. As organizações da sociedade civil estrangeiras, sobretudo, do Brasil e do Japão desempenharam papel impotente neste processo. No caso do Brasil, estava a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), FASE/Brasil e no Japão a Japan International Volunteer Center (JVC). Em Outubro de 2017, durante a «*III Conferência dos Povos*, subordinado ao tema “*Entre os modelos dominantes de desenvolvimento agrário e as alternativas populares*», realizado na cidade de Maputo em Moçambique e organizado pelas organizações filiadas a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», os protestos contra a implementação efetiva do ProSAVANA voltaram a ganhar espaço.

Foto 1: Mulheres camponesas protestando a implementação efetiva do ProSAVANA.



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Outubro de 2017.

Nas mãos das três mulheres camponesas presentes na foto 1, cada uma delas, exibe uma mensagem de repúdio a este programa como, por exemplo, “Não a privatização da terra”; “Não ao ProSAVANA” e que a “África não está à venda”. Ouvia-se também mensagem, como por exemplo, que os camponeses do Corredor de Nacala querem continuar a cultivar nas suas terras tendo em conta o seu modo de vida. Os camponeses sabem muito bem que, o modelo de produção que lhes é imposto é destruidor e aceitando a sua efetivação, significaria a sua morte letal e ao mesmo tempo simbólica enquanto povo. Em Abril de 2018, a «*Campanha Não ao ProSAVANA*», voltou a denunciar novamente o ProSAVANA, depois de terem escapado informações que davam conta que os executores deste programa terão se reunido na cidade de Maputo para desenhar novas estratégias com vista a avançarem com sua implementação efetiva. No comunicado de imprensa, lê-se:

A Campanha “Não ao ProSAVANA” tomou conhecimento, através do relatório da última reunião sobre o ProSAVANA, presidida pelo Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar no dia 4 de Abril, que os governos de Moçambique, Brasil e Japão, estão a tomar ações com vista à implementação efetiva do programa ProSAVANA na região norte do país, ignorando assim todas as contestações dos camponeses e camponesas, dos moçambicanos e moçambicanas e das organizações da sociedade civil, afiliadas ou não à Campanha Não ao ProSAVANA.

Em Novembro de 2018, o ProSAVANA voltou a ser contestado pela «*Campanha ao ProSAVANA*» num dos seus comunicados. Nesta comunicado resultante do Encontro realizado na cidade japonesa de Tóquio, intitulado Declaração de Tóquio, a Campanha Não ao ProSAVANA, declara que torna-se urgente que se “pare com programas e investimentos que promovem ocupação predatória dos territórios, comprometam a integridade dos povos e violem sistematicamente direitos humanos dos povos”. Há autores que afirmam, por exemplo,

que os camponeses moçambicanos derrotaram o ProSAVANA. É o caso do jornalista e cineasta, Stefano Liberti, em seu recente artigo intitulado «*Um projeto de grilagem disfarçado de desenvolvimento: camponeses moçambicanos derrotam o agronegócio*», publicado no *Le Monde Diplomatique Brasil*, em Junho de 2018.

A única coisa que o autor acerta sem margem de erro, é que na verdade o ProSAVANA é parte de um esquema gigantesco de estrangeirização de terras em Moçambique, disfarçado de um programa de desenvolvimento. Numa altura em que o capital está em processo de reestruturação, é prematuro e torna-se problemático afirmar categoricamente que os camponeses moçambicanos derrotaram o ProSAVANA em Moçambique. As próprias organizações que defendem os interesses das comunidades rurais e dos camponeses em particular, sabem que a batalha contra o ProSAVANA não foi vencida. Mesmo com esta suspensão temporária do ProSAVANA, uma das lideranças da ORAM sugere que é preciso “celebrar com muita cautela porque o próprio sistema capitalista tem as suas armadilhas, no sentido de que podemos assumir esta posição por uns instantes, depois de agarrarmos a presa, continuarem a ignorar-nos como sempre fizeram⁵”.

Em Fevereiro de 2018, a JICA anunciou que o ProSAVANA está prestes a avançar, destacando que estavam em curso o no Plano Diretor, no qual pretende-se incorrer as demandas dos camponeses locais. Se de fato o ProSAVANA é um programa do moçambicano, questiona-se porque é que tem se a JICA a anunciar o retorno deste programa depois da sua suposta suspensão no próprio território moçambicano. Aqui, fica a prova de que o Estado moçambicano foi capturado por interesses do capital global. Numa altura que os movimentos sociais em Moçambique andam muito fragmentados em resultado do processo de cooptação implantado pelos executores do ProSAVANA torna-se ainda problemático afirma que este programa foi derrotado.

O agronegócio em Moçambique tem estado a entrar por outras vias pouco claras e fora do alcance das organizações da sociedade civil que se opõem a entrada destas iniciativas no país. O próprio novo Plano Diretor está a ser elaborado sem a participação da sociedade civil e de organizações camponesas, o que sugere afirmar que a exclusão de outras forças vivas da sociedade moçambicana continua no processo de elaboração do ProSAVANA. Os próprios executores do ProSAVANA, sobretudo, da contraparte moçambicana, deixaram bem claro que, não vão parar com o programa por causa de um grupo muito reduzido, sobretudo, as organizações da sociedade civil filiadas a «*Campanha Não ao ProSAVANA*». Isto revela que, o ProSAVANA será implementado mesmo com gritos dos camponeses e dos movimentos sociais atualmente internacionalizados, passando por cima de todos e de tudo.

⁵ Entrevista realizada em Janeiro de 2016 na cidade de Nampula.

Numa altura em que Moçambique está a passar por uma profunda crise econômica/financeira em resultado das chamadas «Dívidas Ocultas», este não terá força suficiente para resistir ao sub(imperialismo) brasileiro e japonês que se materializa através do ProSAVANA. Neste sentido, o governo da FRELIMO, no poder de 1975, vai mais uma vez “sacrificar” o seu pobre povo que apenas depende da terra para a sua reprodução social, em nome de um desenvolvimento duvidoso, isto é, socialmente desigual/excludente e insustentável em termos ambientais. Lembrar que, em 2015, o antigo ministro do MASA (Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar), é citado em vários (cf. Mosca & Bruna, 2015, Catsossa, 2017) a afirmar que “qualquer coisa que vir, vamos atropelar e passar para frente”. Isso, mostra apenas que a implementação efetiva do ProSAVANA não será pacífica. Enquanto os interesses do governo moçambicano convergirem com os do capital internacional, o ProSAVANA poderá avançar e como se verá mais em diante, foi assim que o MATOPIBA se consolidou, avançando com a expansão de *commodities* no cerrado brasileiro.

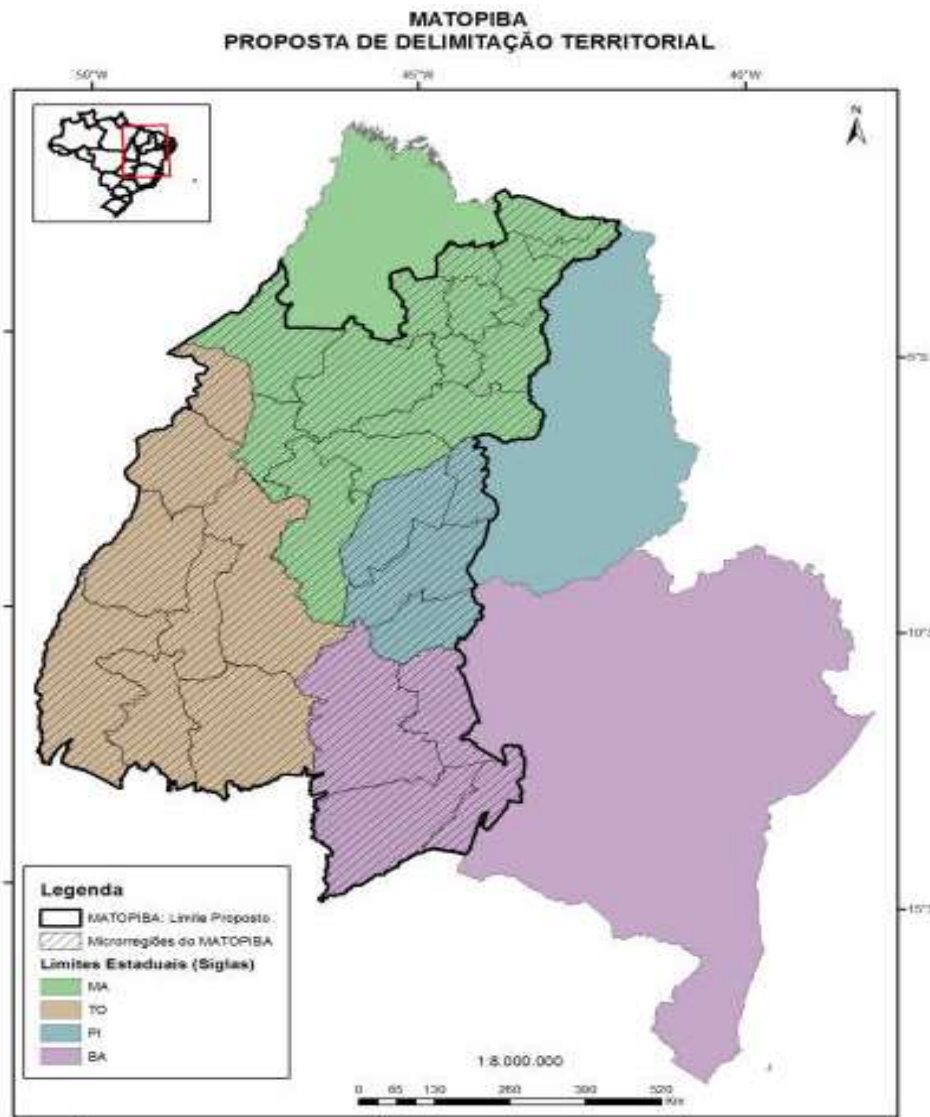
Há um *mito* segundo o qual, o Japão e o Brasil são os únicos países interessados no ProSAVANA. É verdade que nestes dois países o interesse continua ser maior, mas há outros atores invisíveis, mas quando o ProSAVANA começar a expandir *commodities* ao longo do Corredor de Nacala, com certeza eles serão conhecidos. Para se derrotar o ProSAVANA, deveria estar em curso desde que o programa foi suspenso em 2015, um processo intensivo de educação do campo, com vista adotar os camponeses de instrumentos necessários para confrontar o capital e defender os seus territórios, mas não é o que aconteceu, e se aconteceu, ocorre numa forma fragmentada. A «*Campanha Não ao ProSAVANA*» precisa mudar de paradigma e isso, passa necessariamente por avançar com um programa específico de educação do campo, pois só assim, as comunidades e os camponeses que diz defender, ganharão a consciência de classe, que a luta que eles travam, não é apenas contra o ProSAVANA, mas sim, contra o capital no seu todo. Para as lutas e resistências camponesas contra a implementação efetiva do ProSAVANA e do capital como um todo se manter, é necessário que se preserve a união das organizações da sociedade civil filiadas a «*Campanha Não ao ProSAVANA*».

MATOPIBA: a “nova” frente de expansão do agronegócio no cerrado brasileiro

O MATOPIBA é o acrônimo que compreende os limites fronteiriços dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Baía. O MATOPIBA enquanto política de desenvolvimento agrário nesta região específica surge em Maio de 2015 e foi aprovado pelo decreto nº. 8.447 sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA –, PDA-MATOPIBA (BRASIL, 2015). O discurso que norteou a elaboração do PDA-MATOPIBA é “salvacionista”, segundo o qual, este programa visa “promover e coordenar políticas públicas voltadas ao

desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população” (BRASIL, 2015). Foi com base nesse pressuposto que o MATOPIBA foi elaborado e de acordo com Pereira e Pauli (2017), a autoria deste programa foi da antiga senadora e ministra da agricultura, Kátia de Abreu, do partido PMDB (atualmente MBD). A região do MATOPIBA tem aproximadamente 73 milhões de hectares de terras (EMBRAPA, 2015).

Mapa 2: Delimitação da região alvo do MATOPIBA.



Fonte: EMBRAPA (2015).

Aqui, se está diante de um recorte territorial, cujo interesse é de usá-lo para fins de produção de *commodities* agrícolas para o mercado internacional. O MATOPIBA, não pode ser dissociado de outros programas implementados dentro do Brasil, sobretudo, o PRODECER (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), implementado na década de

1970 numa cooperação bilateral entre o Brasil e o Japão que entre outras coisas, promoveu a expansão do agronegócio ao longo do cerrado brasileiro. No entanto, era de esperar que o governo brasileiro refletisse o suficiente depois de tantas críticas feitas pelos movimentos sociais e pesquisadores/as brasileiros/as sobre o fim “inglório” do PRODECER, no que tange as políticas de desenvolvimento agrário a implementar e/ou a incentivar.

Mas, parece que estas vozes da sociedade brasileira foram como também continuam sendo ignoradas e a implementado do MATOPIBA, apenas denuncia este aspecto. Aliás, políticas neoliberais como o MATOPIBA, tem sido promovidas pelo Brasil em outros países do mundo, sobretudo, na África e o ProSAVANA em Moçambique, é apenas o exemplo disto. Aquando do PRODECER, foi notório o processo de recorte territorial para dar lugar a expansão de *commodities* e como se diz, foi uma “modernização danosa”, pois com ele surgiram vários problemas e como se verá mais em diante, os mesmos estão a ser reproduzidos nos territórios de influência direta do MATOPIBA. É verdade que faz algum tempo, mas as características do MATOPIBA são quase as mesmas do PRODECER.

Vários aspectos que caracterizaram e permearam a elaboração do PRODECER, apenas foram recuperados, reforçados, atualizados e por sua vez, reeditados⁶ e os mesmos estão patentes no MATOPIBA. Por isso, pode-se considerar o MATOPIBA de um novo PRODECER no Brasil contemporâneo. As culturas promovidas pelo MATOPIBA são todas elas de exportação, com destaque para a soja, o milho, cana-de-açúcar e algodão, por isso, a ideia segundo a qual através deste programa, a intenção é sanar a fome nesta região específica, é apenas uma retórica, pois o PRODECER e outros programas ligados ao agronegócio implementados no Brasil, não foram capazes de resolver este mal social (CLEMENTS & FERNANDES, 2013; SCHLESINGER, 2013).

Estudos empíricos realizados nos territórios do MATOPIBA apontam que, as culturas que se tem mostrado expressivas no que tange os níveis de produção e produtividade, são as de soja, milho, algodão e cana-de-açúcar (PEREIRA & PAULI, 2017, 2016; JESUS & FABRINI, 2017). O MATOPIBA enquanto programa de desenvolvimento agrário, conta com financiamento público-privado, vindo do governo brasileiro e também de outros atores interessados na expansão do agronegócio nesta região. De acordo com Aguiar e Pacheco (2016), o MATOPIBA conta:

Com o apoio de recursos públicos, liberados por meio do sistema financeiro, incluindo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo aporte de recursos oriundos de fundos de investimento internacional, que tem aplicado na compra de ativos (terra) nessa região (AGUIAR & PACHECO, 2016, p. 89).

⁶ Para uma leitura mais detalhada, consulte: Aguiar & Pacheco (2015).

Convém esclarecer logo que, o financiamento que é alocado ao MATOPIBA é público-privado porque além do governo brasileiro, encontram-se também alguns países com interesses no programa e, sobretudo, na produção de cereais que vai sair nessa região do país. Em Fevereiro de 2016, foi organizado um evento subordinado ao tema «*Diálogos Brasil-japão: Intercâmbio econômico em agricultura e alimentos MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Baía)*», em que participaram representantes dos dois países.

Tabela 2: Alguns temas abordados durante o evento “*Diálogos Brasil-Japão*” em 2016

Título da apresentação	Orador(a)	Cargos
<i>MATOPIBA: horizontes e oportunidades na maior e mais nova fronteira agrícola do Brasil</i>	<i>Kátia Abreu</i>	<i>Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento</i>
<i>Panorama e perspectiva de investimentos japoneses no Brasil</i>	<i>Shinji Tsuchi; Yoshifumi Araki; Aichiro Matsunaga & Taro Fujie</i>	<i>Presidente da Mitsui & Company; Presidente da S.C. Toyota Tsusho do Brasil; Diretor-Presidente da Mitsui Corporation do Brasil e presidente da Comissão de Relações Exteriores Institucionais da Câmara do Comércio e Indústria Japonesa no Brasil; Presidente da Ajinomoto do Brasil e d Presidente do Departamento de Gênero Alimentícios da Câmara de Comércio e Indústria Japonesa no Brasil.</i>

Fonte: BRASIL (2016). Org. O autor.

A partir da tabela 2, percebe-se se tratava da promoção do MATOPIBA aos investidores japoneses. É através dessa promoção que a pressão de terras nos territórios de influência direta do MATOPIBA ganhou novos contornos, caracterizado pela presença massiva de empresas estrangeiras ligadas ao ramo do agronegócio e, estas se tem destacado na aquisição de terras agrícolas (cf. PEREIRA & PAULI, 2016). Além da componente produção, geoestrategicamente a região ocupada pelo MATOPIBA é importante em termos logísticos. No entanto, as empresas japonesas são “chaves” no processo de expansão do agronegócio nesta região, sobretudo, no controlo da logística e isso faz com que elas controlem o mercado asiático de *commodities*. Todavia, são notórios os interesses japoneses no terminal de Itaqui, no Estado de Maranhão, encabeçadas pela JICA. Não se pode esquecer o papel que a JICA e algumas empresas japonesas tiveram durante a implementação do PRODECER e parece estar a repetir-se o mesmo mecanismo.

Nesta mesma região verificam-se também interesses das empresas chinesas, sobretudo, no processo de revitalização e construção da cadeia logística (ferrovias) para facilitar o escoamento de *commodities*. Isso revela apenas que, a soja que está a ser produzida nesta região do Brasil está comprometida com o mercado asiático de *commodities*. Na região do MATOPIBA, já se territorializaram várias empresas estrangeiras vocacionadas na produção de *commodities* agrícolas. De acordo com Pereira e Palui (2017, p. 203) nessa

região nota-se uma “presença de empresas que possuem interesses apenas no mercado de terras, como é o caso da Radar, e aquelas que atuam na atividade de mineração, como é o caso da estadunidense BDP *International*”.

Estes autores mostram uma lista enorme de empresas de capital internacional com projetos virados para o agronegócio na área de influência direta do MATOPIBA (PEREIRA & PAULI, 2016). O MATOPIBA tem merecido várias análises por parte de pesquisadores brasileiros e estes, não deixam de alertar sobre o risco que o Brasil incorrer ao deixar que as empresas multinacionais se apropriem das terras e que ocorra também a pilhagem do cerrado brasileiro enquanto bioma. Os gritos dos povos tradicionais, entre eles, quilombolas e indígenas já se internacionalizaram, onde clamam pelo fim da pilhagem dos seus recursos naturais, por estes serem vitais para a sua sobrevivência. Nos territórios de influência direta do MATOPIBA, verifica uma intensa disputa pelo uso dos territórios, envolvendo os povos locais e as empresas multinacionais que atuam no ramo do agronegócio. Conforme Aguir e Pacheco (2017, p. 90) afirmam que, essa disputa pelo uso dos territórios ocorre “nas áreas das populações tradicionais – como as comunidades quilombolas – e os povos indígenas”.

Embora conste no documento que cria o MATOPIBA a ideia segundo a qual, este programa visa proporcionar melhores condições de vida as populações locais, as denúncias dos movimentos e alguns estudos, contraria este discurso, destacando que, por aí, estão a emergir vários problemas de índole socioambiental. No entanto, o MATOPIBA é tido como promotor de *barbárie* do Brasil. Por exemplo, há denúncias segundo as quais, nestes territórios estão a ocorrer fenômenos como a expulsão das comunidades locais das suas terras, a degradação ambiental e a ocorrência de trabalho análogo à escravidão, são os principais impactos negativos da implementação do MATOPIBA (PEREIRA & PAULI, 2016; ACTIONAID, 2017; JESUS & FABRINI, 2017). Os protestos contra o MATOPIBA são uma realidade e cansados de serem oprimidos pelo capital, os povos locais gritam “Não ao MATOPIBA” como palavra de ordem.

Foto 2: Protestos populares contra o MATOPIBA



Fonte: <https://racismoambiental.net.br/2016/03/04/o-matopiba-significa-a-morte-e-nos-lutamos-em-defesa-da-vida>. Acesso: 22/07/2018.

No texto de autoria de Rute Pina, publicado na página oficial da CUT (Central Única dos Trabalhadores do Brasil), descreve as denúncias feitas pelos povos de Maranhão contra o MATOPIBA nos seguintes termos:

Denunciamos o Estado capitalista como nosso inimigo, porque submisso às corporações empresariais-financeiras, ao agronegócio, às mineradoras e, desta forma, conivente e promotor de injustiças e violência no campo e nas periferias urbanas – os pobres, as mulheres, os negros, os índios e os jovens como vítimas preferenciais. Esta relação promíscua está criando condições para o sacrifício total da natureza, do que ainda resta do nosso Cerrado e dos nossos povos. É o caso do projeto MATOPIBA, de produção de grãos para exportação, nos cerrados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Baía. Dizemos não ao MATOPIBA! (PINA, 2017).

Como estratégias de lutas e resistências, muitas organizações que lutam pela justiça social no campo brasileiro, têm optado por elaborar estudos. É a partir destes estudos que estas organizações têm denunciado as atrocidades resultantes da implementação do MATOPIBA (e de outros programas) no Brasil. Num relatório elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) intitulado «MATOPIBA: destrói a natureza e seus povos» lê-se o seguinte: “ao invés de progresso, o MATOPIBA causa graves problemas sociais e acentua ainda mais a destruição do Cerrado, causando agravamento da pobreza e o abandono forçado dos seus territórios”. Actionaid no seu estudo afirma, no entanto que, que desde que começou a implementação do MATOPIBA, “as comunidades rurais ficaram ainda mais pressionadas, cercadas pelas agroindústrias, com menos terra para se reproduzir do que anteriormente” (ACTIONAID, 2017, p. 60). Esta organização vai mais além com as suas constatações e conclui que:

Em síntese, o MATOPIBA [...] tem operado uma sistemática expulsão e desestruturação das comunidades rurais que habitavam a região, desenvolvendo diversos modos de vida baseados na posse da terra, sem que o Estado brasileiro tenha se ocupado em garantir os mínimos direitos desses camponeses, povos tradicionais e indígenas (ACTIONAID, 2017, p. 70)

As lutas e resistências contra o MATOPIBA no Brasil acabaram por se internacionalizar. Nos últimos anos, os movimentos sociais brasileiros têm procurado fazer alianças com povos de outras nações que também vivem oprimidos pelo capital, principalmente, os de Moçambique. O que uniu os povos desses dois países foi o ProSAVANA, na medida em que, os movimentos sociais brasileiros prestavam apoio numa forma solidária as organizações da sociedade civil moçambicana por forma a não desistir das lutas e resistências que estavam a travar contra este programa agrícola. Neste processo, os dois povos oprimidos pelo capital, acabaram por proclamar o ProSAVANA em Moçambique e o MATOPIBA no Brasil como seus inimigos número um. Em (quase) todos os eventos organizados pelos movimentos sociais moçambicanos contra o ProSAVANA, os movimentos sociais brasileiros sempre participaram.

Os encontros entre os movimentos sociais moçambicanos e brasileiros estão dentro da “Cooperação Sul-Sul entre os povos” e tem servido como um espaço de troca de experiência e também de aprimoramento das estratégias de lutas e resistências contra o avanço do agronegócio nos dois países, com destaque para o ProSAVANA e do MATOPIBA. Em Outubro de 2017, um grupo de organizações da sociedade civil brasileira esteve em Moçambique, a convite da «*Campanha não ao ProSAVANA*» para participar a “III Conferência Internacional dos Povos”, subordinado ao tema «*Entre os modelos dominantes de desenvolvimento agrícola e às alternativas populares*». Destas organizações estiveram presentes, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a FASE/Brasil, representantes de comunidades quilombolas. Durante a conferência, Diana Aguiar, denunciou as truculências do MATOPIBA no Brasil, destacando a necessidade dos dois povos se unirem na luta contra a expansão do agronegócio nos dois países.

Globalizemos as lutas, globalizemos as esperanças. Os desafios que se impõem no Brasil são os mesmos de Moçambique, que é a luta contra o agronegócio, devastação e contaminação de territórios. As resistências se constroem em espaços assim, seja numa sala em Maputo, seja numa sala na capital Federal do Brasil –, Brasília, seja em baixo duma árvore, nas comunidades do cerrado brasileiro, no norte de Moçambique, em Nampula, na Zambézia. Isso é de fato globalizar as lutas, globalizar as esperanças. A nossa presença aqui, é a representação disso. Agente sente que a luta de vocês é nossa e esperamos que a nossa luta seja a luta de vocês também.

Esta foi à forma que os movimentos sociais brasileiros viram para denunciar as *barbáries* que o agronegócio e o MATOPIBA em particular, está a ocasionar no cerrado brasileiro.

Foto 3: Diana da FASE/Brasil (de pé) denunciando as brutalidades do capital no cerrado brasileiro durante a Conferência Triangular dos Povos/Moçambique



Fonte: Pesquisa de campo realizada em Outubro de 2017.

A resposta dos movimentos sociais moçambicanos sobre a necessidade de se globalizar as lutas e as esperanças sugeridas pela ativista e militante da FASE/Brasil, Diana Aguiar, veio à tona em Novembro de 2018, durante a realização do Encontro Triangular dos Povos sobre o ProSAVANA, ocorrido na capital japonesa de Tóquio. Intitulada «Declaração de Tóquio», a Campanha não ao ProSAVANA em representação dos movimentos sociais moçambicanos afirma que “reiteramos a rejeição ao ProSAVANA e ao MATOPIBA e defendemos a soberania alimentar dos povos”. Nesta declaração, a «*Campanha não ao ProSAVANA*» declara que:

Com a sociedade civil japonesa, e junto a um público mais alargado, expusemos a agenda do capital agroindustrial de eliminar a agricultura camponesa nos nossos territórios, tal como é o caso do programa ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil, promovidas pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), em aliança com o capital financeiro e os governos desses países. Tanto o ProSAVANA quanto o MATOPIBA são programas agrários pensados para a produção em larga escala de commodities para o benefício do capital, embora se mencione de forma manipulada nos documentos que é para o desenvolvimento rural e a garantia da segurança alimentar. [...] Reiteramos a nossa rejeição ao ProSAVANA em Moçambique e ao MATOPIBA no Brasil. Exigimos do governo do Japão e da JICA sua retirada urgente destes programas. O ProSavana e o MATOPIBA representam um claro atentado a classe camponesa. A forma pela qual têm sido, até aqui, conduzidos estes processos, os camponeses e camponesas das regiões de implementação têm sido recusados o direito de decisão sobre seus próprios sistemas alimentares. Continuam a ser tratados como objetos passivos e nega-se o seu protagonismo e um acumulado de saberes e valores ligados a agricultura

camponesa e a importância da cooperação e solidariedade entre si. Ao imporem-se práticas e opções agrícolas estranhas a sua concepção, não só atenta à soberania alimentar dos povos, como também compromete uma forma de organização social, cultural, econômica e ambiental dos camponeses dessas regiões (CAMPANHA NÃO AO PROSAVANA, 2018, p. 1-2).

Agora, a pergunta que se coloca é a seguinte: como é que o MATOPIBA conseguiu resistir à pressão e as lutas travadas pelos movimentos sociais e camponesas ao longo desta região? A resposta é dada por Aguiar e Pacheco (2016), onde destacam que:

[...] esse modelo agroexportador resiste porque reúne interesses comuns. Por um lado, o agronegócio brasileiro busca sempre avançar com as exportações agrícolas brasileiras de *commodities* e com a diversificação dos mercados para os quais se comercializa (*commodities*, bens intermediários na produção de rações e outros derivados, agrocombustíveis, óleos vegetais, etc.). Do outro lado, está o governo brasileiro, tendo como aliados internos a área econômica (Ministério da Fazenda, o MAPA, além dos Ministérios de relações Exteriores [MRE] e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio [MDIC]), os quais estão entre os maiores interessados no avanço das exportações brasileiras (AGUIAR & PACHECO, 2016, p. 91).

Fica aqui, uma mensagem de que os movimentos sociais brasileiros fizeram tudo para travar o MATOPIBA. Os acadêmicos brasileiros através das suas pesquisas também desempenharam o seu papel, alertando sobre a possibilidade de ocorrer à destruição do bioma cerrado e também da concentração de terras nos territórios de influência direta do MATOPIBA. Mas, tal como aconteceu no passado aquando do PRODECER, estas vezes voltaram a ser ignoradas pelo governo brasileiro tendo feito o capital, o seu principal aliado.

Algumas notas conclusivas

Chegado até aqui, fica claro que, os dois programas têm algo em comum –, neste caso, a ocupação de grandes extensões de terras agrícolas e por via disto, produzirem-se *commodities* para o mercado internacional. Tanto no ProSAVANA quanto no MATOPIBA, é nítido o papel do governo japonês e também das empresas desse país. Em ambos os programas a JICA aparece a desempenhar um papel de destaque, sobretudo, no financiamento da produção agrícola. No caso do ProSAVANA, o papel do Japão já é conhecido, pois ele é o principal financiador. Já no caso do MATOPIBA, embora que não haja informações públicas que a JICA é financiador direto, mas parece estar interessado novamente nas *commodities* que estão a ser produzidos no cerrado brasileiro. Os dois Estados (neste caso Moçambicano e Brasileiro) são as peças “chaves” para compreender estes dois projetos, pois a decisão para se avançar com estas iniciativas foi deles.

Aliás, não se pode esquecer que, são os Estados nacionais que contraditoriamente “embalam” as dinâmicas territoriais, tanto através de políticas públicas como também por meio de programas governamentais. O ProSAVANA e o MATOPIBA, enquadram-se no segundo caso, pois ambos não representam interesses do povo, mas sim, dos dois governos em convivência do capital internacional. Em ambos os programas, o Brasil teve um papel determinante. No caso do ProSAVANA, ele é resultado da política externa brasileira que é si paradigmática e contraditória, conduzida pelos governos *petistas* (iniciado pelo governo Lula [2003-2010] e depois pelo governo Dilma Rousseff [2011-2016]) onde se pretendia reproduzir experiências “danosas” do cerrado em outros territórios. Pode assim dizer-se que, a ação dos governos *petistas* em África e, principalmente em Moçambique foi subimperial. O Brasil tornou-se (sub)imperialista em Moçambique na medida em que, “piscou” à esquerda no início, alegando que a sua relação de cooperação estaria pautada na solidariedade entre os povos.

Em outras palavras, alegava-se, que nesta cooperação não havia nenhum interesse econômico, enfim, que era uma forma do Brasil pagar a “dívida histórica” contraída durante a escravatura que os povos africanos e moçambicanos, em particular, foram submetidos por este país latino-americano. O tempo veio revelar que, este discurso era apenas uma retórica, ou melhor, uma “arma” manipuladora, pois momentos depois, o Brasil “virou” a direita, promovendo a expansão do agronegócio e das empresas brasileiras em diversos setores de atividades em Moçambique. A presença do ProSAVANA, da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), da mineradora Vale, das construtoras Ordebrecht, Correia Camargo e a Andrade Gutierrez, da Eletrobras (algumas destas iniciativas financiadas pelo BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social]) é a materialização do subimperialismo brasileiro em Moçambique.

Já o MATOPIBA, é uma política “arquitetada” internamente pelo governo brasileiro, mas com forte ligação com o capital estrangeiro e isto, é visível nesta região. Embora persista o discurso de natureza “salvacionista” nos dois programas, segundo o qual a intenção é essencialmente a promoção do desenvolvimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável, esta foi uma via usada contornar as críticas dos movimentos sociais dos dois países. A realidade destes dois programas, tanto Moçambique quanto no Brasil, revela a exclusão dos povos locais a vários níveis nos processos de tomada de decisão, desde a fase de concepção até a implementação dos programas.

Olhando pela forma como os dois territórios foram recortados e regionalizados, fica evidente que se está diante de um processo que consiste em entregá-los para que sejam geridos pelo capital. É importante realçar que, embora os dois programas tenham surgido em contextos históricos diferentes, ambos os casos, são parte de esquema gigantesco de estrangeirização de terras, cuja finalidade é para a expansão de *commodities*. Porém, a união dos movimentos sociais nos dois países é fundamental para combater o capital. Embora em

Moçambique os movimentos sociais tenham conseguido paralisar temporariamente as atividades do ProSAVANA, não significa que as lutas e resistências contra o capital devem parar por aí, elas precisam de serem reinventadas. Aliás, como foi referenciado, os executores do ProSAVANA anunciaram que estão a desenhar o novo plano diretor, o que significa que este programa vai avançar, daí que os movimentos sociais moçambicanos são desafiados a recriar novas estratégias de lutas e resistências. Mesmo que no Brasil, o MATOPIBA se tenha consolidado em termos de implementação, nada está perdido, as lutas e resistências camponesas contra a expansão deste programa devem continuar, pois só assim é que as vozes dos oprimidos e dos excluídos no cerrado brasileiro permanecerão vivas.

Referências

ACTIONAID. **Impactos da expansão do agronegócio no MATOPIBA:** comunidades e meio ambiente, Rio de Janeiro, 2017.

AGUIAR, Diana; PACHECO, Maria Emília. **A cooperação Sul-Sul dos povos Brasil e de Moçambique:** memória da resistência ao ProSAVANA e análise crítica de seu plano diretor, FASE/Brasil, Rio de Janeiro, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 8.447 de 6 de maio de 2015. Institui o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA e cria um Comitê Gestor para a região.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8447.htm Acesso: 24 de Julho de 2010.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **Discursos e realidades do agronegócio:** do PRODECER no cerrado brasileiro ao ProSAVANA no Corredor de Nacala em Moçambique. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFGD, MS, 2017.

CLEMENTS, Elizabeth Alice; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e Moçambique.** UNESP, Presidente Prudente, 2013.

EMBRAPA. **Delimitação, caracterização, desafios e oportunidades para o desenvolvimento,** Piauí, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. 27 anos do MST em luta pela Terra. FERRANTE, V. L. S.B & WITACKER, D.C.A (Orgs). **Reforma agrária e desenvolvimento:** desafios e rumos da política agrária de assentamentos rurais. São Paulo, 2008.

_____. **Apresentação (orelha).** MACMICHAEL, Philip. Regimes alimentares e questões agrárias. Editora da UFRGS e Editora da UNESP, Porto Alegre; São Paulo, 2016.

_____; WELCH, Clifford Andrew & GONÇALVES, Elienai Constantino. **Políticas fundiárias no Brasil:** uma análise geo-histórica da governança de terra no Brasil. International, Land Coalition, Brasil, 2012.

JESUS, Alex Dias de; FABRINI, João Edmilson. Barbárie e modernidade na expansão do agronegócio nos cerrados piauienses. **Revista Eletrônica da AGB – Seção Três Lagoas/MS – nº 25 – Ano 14, Maio 2017.**

MARTINS, José de Sousa. **Não há terra para plantar neste verão**: o cercamento das terras indígenas e das terras de trabalho no resnacimento político do campo, Editora Vozes Ltda, Petrópolis, RJ-Brasil, 1986.

MOSCA, João; BRUNA, Natacha. **ProSAVANA**: Discursos, práticas e realidades. Documento de Trabalho, Observador Rural, OMR, 2015, Maputo.

O PAÍS. **Defesa os recursos naturais**: Sociedade civil anuncia mobilização contra a privatização da terra [Maputo, versão imprensa], p. 10, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura brasileira. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de et al. (Org.). **Território em conflito, terra e poder**. Editora Kelps, p. 17-103, Goiânia – Go, 2014.

_____. A questão de aquisição de terras por estrangeiros no Brasil – um retorno aos dossiês. **Revista Agrária**, n. 12. p. 3-113, 2010.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. O processo de estrangeirização de terras e expansão do agronegócio na região do MATOPIBA. **Revista Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária. Edição especial, p. 196-224, 2016.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **Neoliberalismo, políticas de terra e reforma agrária d mercado na América-Latina**. SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mende. Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. 1ª edição, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2006.

PINA, Rute. **MA**: Contra o agronegócio, 2 mil ocupam a transamazônica, Balsas/Maranhão, 2017. Disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/ma-em-denuncia-contr-o-agronegocio--2-mil-pessoas-ocupam-a-transmazonia-2f6d/amp>. Acesso: 21/07/2018.

SANTOS, Milton. O dinheiro e território. SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Orgs). **Território e territórios**: Ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª edição, Editora Laprina, Rio de Janeiro, 2011.

SCHLESINGER, Sergio. **Cooperação e investimentos do Brasil na África** - O caso do ProSAVANA em Moçambique. 1ª Edição, FASE, Moçambique, 2013.

Sobre o autor

Lucas Atanásio Catsossa – Licenciado em Geografia pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM/Moçambique, 2014); Graduação Sanduíche em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, MS-Brasil, 2014); Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, MS-Brasil, 2017); Doutorando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGG/UFGD, MS-Brasil); Membro do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA/FCH/UFGD); **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0002-3883-4807>.

Como citar este artigo

CATSOSSA, Lucas Atanásio. ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

Recebido para publicação em 05 de agosto de 2018.

Devolvido para a revisão em 31 de janeiro de 2019.

Aceito para a publicação em 10 de fevereiro de 2019.
